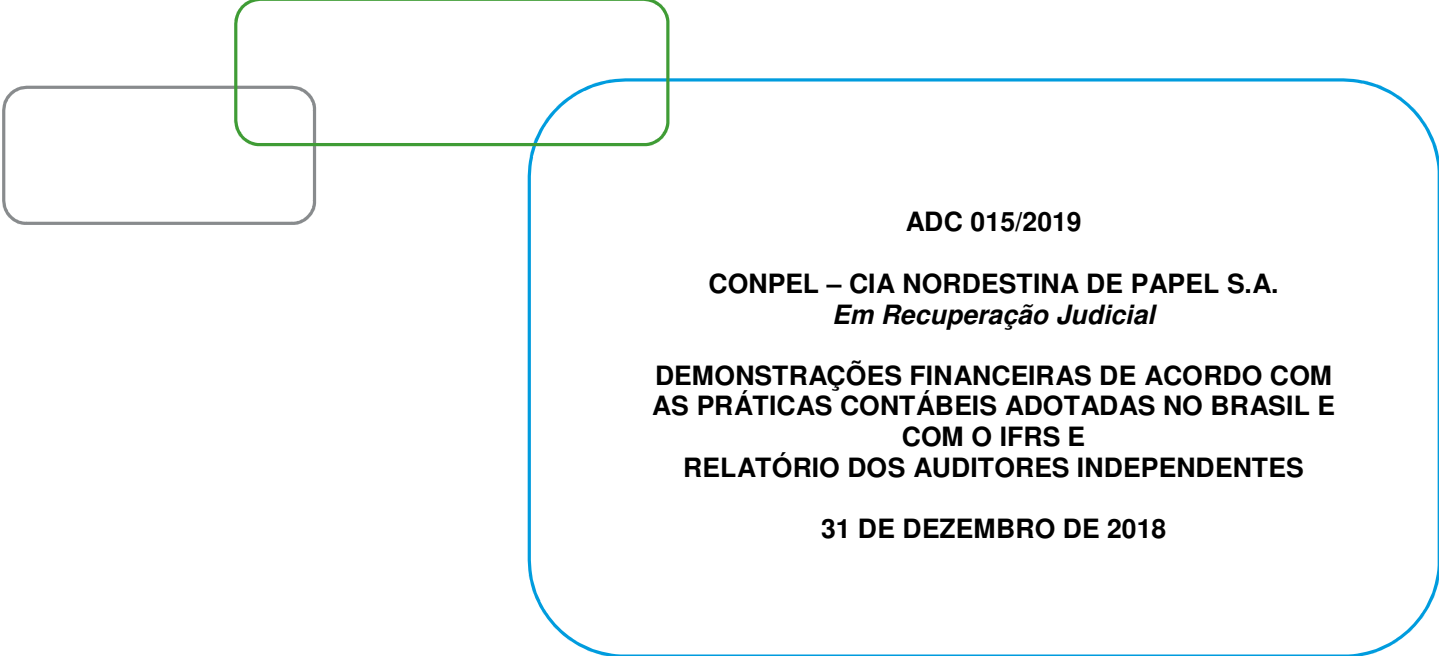




**THE POWER OF BEING UNDERSTOOD**  
AUDIT | TAX | CONSULTING





**ADC 015/2019**

**CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.**  
*Em Recuperação Judicial*

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM  
AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E  
COM O IFRS E  
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**31 DE DEZEMBRO DE 2018**

## ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| Mensagem da Administração e Relatório de Desempenho.....                      | 4  |
| Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras..... | 8  |
| Balanco Patrimonial.....  | 12 |
| Demonstração do Resultado do Exercício.....                                   | 14 |
| Demonstração do Resultado Abrangente.....                                     | 15 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....                          | 16 |
| Demonstração do Fluxo de Caixa.....   | 17 |
| Demonstração do Valor Adicionado.....   | 18 |
| Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.....         | 19 |

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em um ano marcado por superação, reestruturação e busca de resultados, com objetivo de recuperar a estrutura de capital da companhia. É assim que o ano de 2018 foi visto pela Conpel – Cia Nordestina de Papel.

Apesar das adversidades econômicas enfrentadas pelo país, tendo também sua estrutura de capital fragilizada pela retração do mercado e ainda estando em recuperação judicial, a companhia vivenciou um modesto fortalecimento da sua base comercial, bem como conseguiu melhorias significativas em suas unidades produtivas, com isso foi possível enfrentar os desafios de forma a alavancar sua receita e desta forma se preparando para a retomada comercial, juntamente com as projeções econômicas esperadas para o Brasil para o próximo ano.

As receitas com vendas de papel tiveram uma representatividade de 49,5% no faturamento da companhia em 2018. Neste ano tivemos um aumento na produção, demonstrando a grande capacidade de recuperação do mercado para papel reciclado, seja pela escassez deste produto, seja pela qualidade que a companhia voltou a apresentar pelos investimentos/melhorias feitas na sua planta.

Na unidade de ondulados (chapas e caixas), tivemos um incremento modesto, porém os volumes de conversão não atingiram as projeções esperadas, fato que nos condicionou a alteração das estruturas comerciais. Essa deficiência foi influenciada pela retração do mercado onde a Conpel atua, além de novos investimentos efetuados na região por outros players, condicionando nossa reestruturação para melhoria da qualidade e ampliação de atuação para outras regiões do Brasil.

Com a reativação da linha de sacos multi-folhados obtivemos um incremento nas receitas, ainda modesto, mas com grandes perspectivas de crescimento para o próximo ano, fato relacionado diretamente com a retomada da construção civil e com a oportunidade de abastecimento da sua unidade produtiva, através do fornecimento contínuo de papel extensível.

Todas essas conquistas e também as demais apresentadas ao longo deste Relatório Anual refletem a visão de futuro da Companhia e se concretizam sob os pilares do nosso compromisso com a sustentabilidade em todas as suas esferas, bem como nosso trabalho árduo para reestruturar a companhia, aprovar o plano de recuperação judicial ainda conceder a Conpel a conquista de um Market share importante do mercado regional.

Confiantes na robustez e nas oportunidades do país e com a certeza de que estamos trabalhando para obter todas as ferramentas para continuar a crescer, reafirmamos o compromisso por meio da condução sustentável de todos os negócios.

Oportunamente, expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os que contribuem para o futuro da Conpel, acionistas, clientes, fornecedores, comunidade, governo e, em especial, a cada um dos colaboradores, os quais estão empenhados conosco.

Deste modo submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis, com relatório de auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

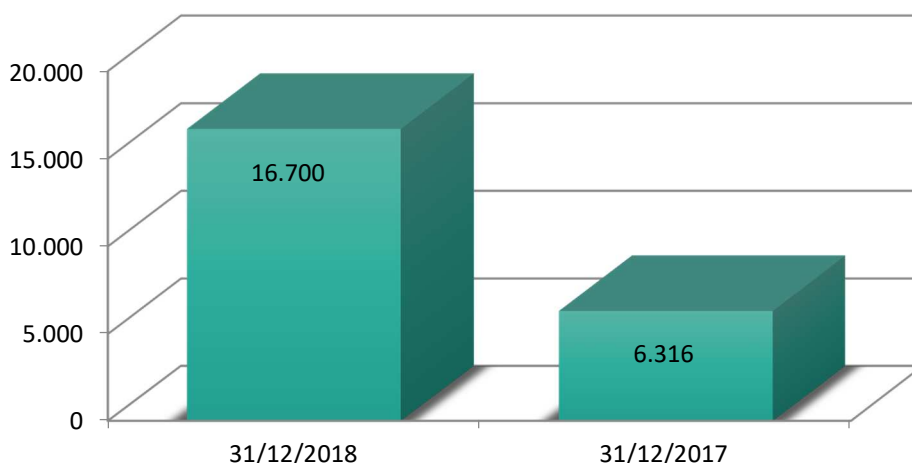
## RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A Diretoria da CONPEL Cia Nordestina de Papel, com atividades no segmento de fabricação de papeis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados, apresenta e submete para apreciação o Comentário de Desempenho e suas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

| RESULTADO  | 31/12/2018      | %              | 31/12/2017      | %              |
|--|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| <b>Receita Operacional Líquida</b>                   | <b>16.700</b>   |                | <b>6.316</b>    |                |
| (-) Custos do Produtos Vendidos                      | (21.207)        |                | (9.768)         |                |
| <b>Lucro Bruto</b>                                   | <b>(4.507)</b>  | <b>-26,99%</b> | <b>(3.453)</b>  | <b>-54,67%</b> |
| <u>Despesas Operacionais</u>                         |                 |                |                 |                |
| Com Vendas   | (275)           | 1,65%          | (225)           | 3,56%          |
| Gerais e Administrativas                             | (3.098)         | 18,55%         | (4.849)         | 76,79%         |
| Outras Receitas e Despesas                           | (61)            | 0,37%          | (6.515)         | 103,16%        |
| <b>Lucro antes do Result. Financeiro e Tributos</b>  | <b>(7.942)</b>  | <b>47,56%</b>  | <b>(15.042)</b> | <b>238,18%</b> |
| <u>Resultado Financeiro</u>                          |                 |                |                 |                |
| Receitas Financeiras                                 | (44)            | -0,26%         | 66              | 1,05%          |
| Despesas Financeiras                                 | (14.127)        | 84,59%         | (13.997)        | 221,62%        |
| <b>Resultado Antes Imp. de Renda Contrib. Social</b> | <b>(22.113)</b> | <b>132,41%</b> | <b>(28.973)</b> | <b>458,75%</b> |
| Imposto de Renda e Contribuição Diferidos            | 692             | 4,14%          | 798             | -12,64%        |
| <b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>                 | <b>(21.421)</b> | <b>128,27%</b> | <b>(28.175)</b> | <b>446,11%</b> |

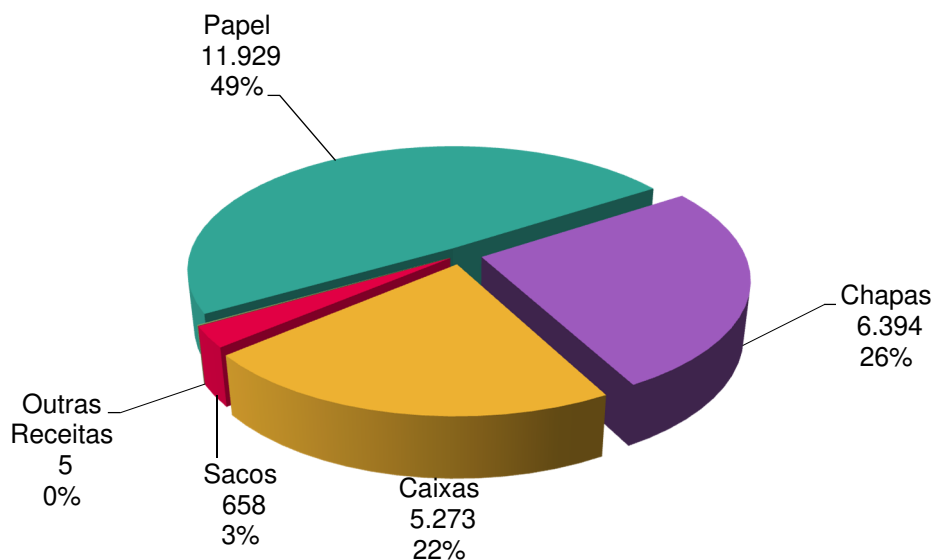
### Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou aumento de 167,80% se comparada ao ano anterior, fato atribuído ao aumento do volume de produção e a prospecção e realização de venda para novos clientes.



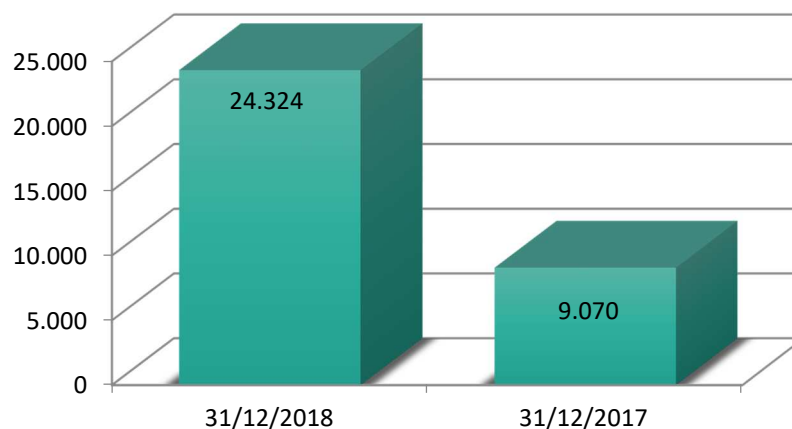
No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta.

### Receita Bruta por Segmento (Em Milhares de Reais R\$)



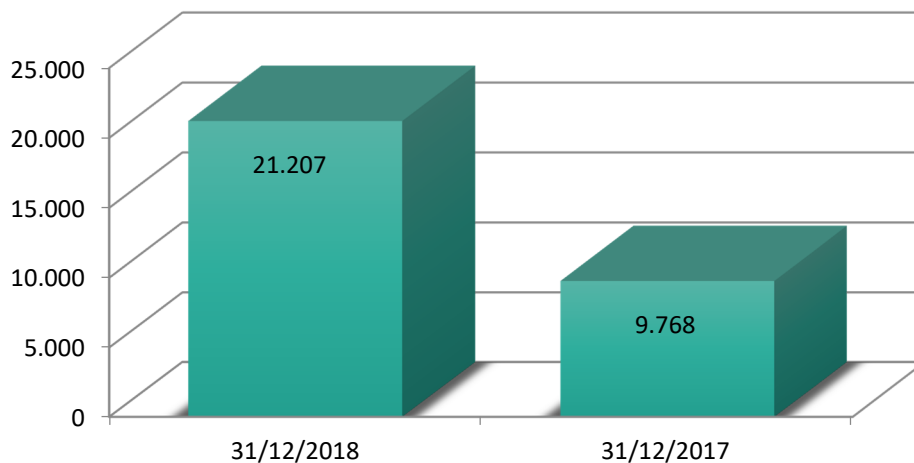
### Receita Operacional Líquida (ROL)

A receita operacional líquida demonstrou aumento de 167,80% em relação a 2017, também relacionado ao aumento da demanda por nossos produtos.



### Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Os custos dos produtos vendidos aumento de 2017 para 2018 em 117,10% acompanhando a vendas.



Conde - PB, 31 de Dezembro de 2018.  
**A ADMINISTRAÇÃO**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**CONPEL – Cia Nordestina de Papel**  
Conde - PB

### Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais da CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. (*Companhia*), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2018, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Não expressamos uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras da CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. (*Companhia*), pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

### Base para abstenção de opinião

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 570 – *Continuidade Operacional*, aprovada pela Resolução número 2016/NBCTA570 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alterações posteriores. No entanto, a Companhia tem apresentado significativos prejuízos operacionais nos últimos exercícios, além de apresentar dificuldades financeiras para geração de fluxo de caixa. Possui alto grau de endividamento tributário, trabalhista e previdenciário, com fornecedores e instituições financeiras, o que gera dificuldades na obtenção de novos financiamentos. As demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 demonstram agravamento da situação em relação ao exercício anterior, ao evidenciar queda significativa no Faturamento.

A Companhia apresenta passivo descoberto no montante de **R\$ 193.464** em 31 de dezembro de 2018 (**R\$ 171.914 mil** em 31 de dezembro de 2017). Ainda em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado o montante de **R\$ 10.671 mil** de contas a receber de clientes, dos quais **R\$ 9.421 mil** foram provisionados como títulos de liquidação duvidosa, visto que se encontram pendentes de liquidação a longa data. Na mesma data, a Companhia apresenta passivo circulante no montante de **R\$ 220.060 mil**, **R\$ 216.155 mil** superior ao seu ativo circulante. Tais situações remetem a elevado grau de incerteza quanto à capacidade da Companhia de em dar continuidade as suas atividades operacionais.

A Companhia requereu um pedido de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, o qual foi deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde, em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441).

As demonstrações financeiras e as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos.



## **Outros assuntos**

### **Demonstração do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de opinião”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essa demonstração financeira.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

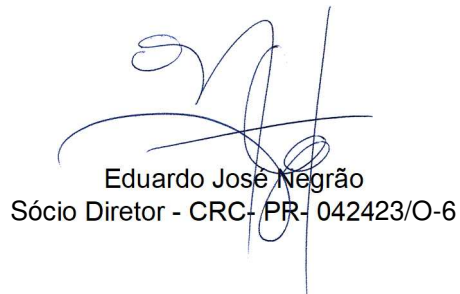
Curitiba, 25 de março de 2019.

**RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5



Claudio Silva Foch  
Sócio Diretor - CRC- RJ- 102.455/O-4 S-PR



Eduardo José Negrão  
Sócio Diretor - CRC- PR- 042423/O-6

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

| ATIVO                                    | Nota | 31/12/2018    | 31/12/2017    |
|--|------|---------------|---------------|
| <b>CIRCULANTE</b>                        |      |               |               |
| Caixa e Equivalentes de Caixa            | 8    | 1             | 168           |
| Contas a Receber de Clientes             | 9    | 1.250         | 1.965         |
| Estoques                                 | 10   | 952           | 673           |
| Adiantamento a Fornecedores              | 11   | 1.039         | 1.122         |
| Impostos a Recuperar                     | 12   | 663           | 603           |
| <b>Total do Ativo Circulante</b>         |      | <b>3.905</b>  | <b>4.531</b>  |
| <b>NÃO-CIRCULANTE</b>                    |      |               |               |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b>          |      |               |               |
| Impostos a Recuperar                     | 12   | 2             | 3             |
| Partes Relacionadas                      | 13   | 903           | 903           |
| Outros Créditos                          | 14   | 900           | 874           |
| <b>Total do Realizável a Longo Prazo</b> |      | <b>1.805</b>  | <b>1.780</b>  |
| Imobilizado                              | 15   | 53.214        | 55.710        |
| <b>Total do Ativo Não-Circulante</b>     |      | <b>55.019</b> | <b>57.490</b> |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                    |      | <b>58.924</b> | <b>62.021</b> |

*As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.*

**CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

| <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>          | <b>Nota</b> | <b>31/12/2018</b> | <b>31/12/2017</b> |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>   |             |                   |                   |
| Fornecedores  | 17          | 13.402            | 12.550            |
| Empréstimos e Financiamentos  | 18          | 1.226             | 2.768             |
| Obrigações Sociais  | 19          | 33.348            | 33.721            |
| Obrigações Tributárias  | 20          | 170.420           | 151.880           |
| Adiantamento de Clientes  | 21          | 1.387             | 626               |
| Outras Obrigações   |             | 278               | 434               |
| <b>Total do Passivo Circulante</b>                                  |             | <b>220.061</b>    | <b>201.979</b>    |
| <b>NÃO-CIRCULANTE</b>   |             |                   |                   |
| Partes Relacionadas   | 13          | 13.221            | 12.159            |
| Impostos Diferidos  | 22          | 19.105            | 19.797            |
| <b>Total do Passivo Não-Circulante</b>                              |             | <b>32.326</b>     | <b>31.956</b>     |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>                    |             |                   |                   |
| Capital Social  | 23a         | 22.338            | 22.338            |
| Ajuste Avaliação Patrimonial  |             | 32.777            | 33.871            |
| Prejuízos Acumulados  |             | (248.578)         | (228.123)         |
| <b>Total do Patrimônio Líquido</b>                                  | 23          | <b>(193.463)</b>  | <b>(171.914)</b>  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b> |             | <b>58.924</b>     | <b>62.021</b>     |

*As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.*

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

|   | Nota | 31/12/2018      | 31/12/2017      |
|---|------|-----------------|-----------------|
| <b>Receita Operacional Líquida</b>                                  | 25   | <b>16.700</b>   | <b>6.316</b>    |
| (-) Custos do Produtos Vendidos                                     |      | (21.207)        | (9.768)         |
| <b>Lucro Bruto</b>  |      | <b>(4.507)</b>  | <b>(3.452)</b>  |
| <i>Despesas Operacionais</i>  |      |                 |                 |
| Com Vendas  | 26   | (275)           | (225)           |
| Gerais e Administrativas  | 27   | (3.099)         | (4.849)         |
| Outras Receitas e Despesas  | 28   | (61)            | (6.515)         |
| <b>Resultado antes do resultado financeiro líquido</b>              |      | <b>(7.942)</b>  | <b>(15.041)</b> |
| Receitas Financeiras  |      | (44)            | 66              |
| Despesas Financeiras  |      | (14.127)        | (13.997)        |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>                                 | 29   | <b>(14.171)</b> | <b>(13.931)</b> |
| <b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b> |      | <b>(22.113)</b> | <b>(28.972)</b> |
| Imposto de Renda e Contribuição Diferidas                           |      | 692             | 798             |
| <b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                                |      | <b>(21.421)</b> | <b>(28.174)</b> |
| <b>Prejuízo por Ação Básico e Diluído R\$:</b>                      |      | <b>(1,16)</b>   | <b>(1,55)</b>   |

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31  
DE DEZEMBRO DE 2017**

|                                      | <u>31/12/2018</u>      | <u>31/12/2017</u>      |
|--------------------------------------|------------------------|------------------------|
| <b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>        | (21.421)               | (28.174)               |
| <i>Outros Resultados Abrangentes</i> | -                      | -                      |
| <b>RESULTADO ABRANGENTE</b>          | <u><b>(21.421)</b></u> | <u><b>(28.174)</b></u> |

*As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.*

**CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO**

|                                   | <b>Capital Social</b> | <b>Prejuízos<br/>Acumulados</b> | <b>Ajuste de<br/>Avaliação<br/>Patrimonial</b> | <b>Total</b>     |
|-----------------------------------|-----------------------|---------------------------------|--|------------------|
| <b>Em 31 de Dezembro de 2016</b>  | <b>22.338</b>         | <b>(201.364)</b>                | <b>35.286</b>                                  | <b>(143.740)</b> |
| Resultado do Período              | -                     | (28.174)                        | -  | (28.174)         |
| (-) Realização do Custo Atribuído | -                     | 1.417                           | (1.417)  | -                |
| <b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>  | <b>22.338</b>         | <b>(228.121)</b>                | <b>33.869</b>                                  | <b>(171.914)</b> |
| Resultado do Período              | -                     | (24.173)                        | -  | (24.173)         |
| (-) Realização do Custo Atribuído | -                     | 273                             | (273)  | -                |
| <b>Em 31 de Março de 2018</b>     | <b>22.338</b>         | <b>(252.021)</b>                | <b>33.596</b>                                  | <b>(196.087)</b> |
| Resultado do Período              | -                     | 10.362                          | -  | 10.362           |
| (-) Realização do Custo Atribuído | -                     | 273                             | (273)  | -                |
| <b>Em 30 de Junho de 2018</b>     | <b>22.338</b>         | <b>(241.386)</b>                | <b>33.323</b>                                  | <b>(185.725)</b> |
| Resultado do Período              | -                     | (3.712)                         | -  | (3.712)          |
| (-) Realização do Custo Atribuído | -                     | 273                             | (273)  | -                |
| <b>Em 30 de Setembro de 2018</b>  | <b>22.338</b>         | <b>(244.825)</b>                | <b>33.050</b>                                  | <b>(189.437)</b> |
| Resultado do Período              | -                     | (4.026)                         | -  | (4.026)          |
| (-) Realização do Custo Atribuído | -                     | 273                             | (273)  | -                |
| <b>Em 31 de Dezembro de 2018</b>  | <b>22.338</b>         | <b>(248.578)</b>                | <b>32.777</b>                                  | <b>(193.463)</b> |

*As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.*



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE  
DEZEMBRO DE 2017

|  | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>                               |                   |                   |
| Resultado Líquido do Exercício                                   | (21.421)          | (28.174)          |
| <b>Ajustes:</b>  |                   |                   |
| Depreciação e Amortização  | 2.583             | 2.664             |
| Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa                    | 27                | 107               |
| Juros Provisionados  | -                 | 13                |
| Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos                   | (692)             | (798)             |
| <b>Recuperação de Despesas</b>                                   | -                 | (945)             |
| <b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>                       | <b>(19.503)</b>   | <b>(27.133)</b>   |
| Clientes   | 714               | (702)             |
| Estoques   | (279)             | (116)             |
| Impostos a Recuperar   | (59)              | 265               |
| Despesas do Exercício Seguinte                                   | -                 | 16                |
| Outros Créditos  | (26)              | (492)             |
| <b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>                          | <b>350</b>        | <b>(1.029)</b>    |
| Fornecedores   | 852               | 1.579             |
| Obrigações Sociais e Tributárias                                 | 18.167            | 19.943            |
| Adiantamento de Clientes   | 761               | 458               |
| Outras Obrigações  | (156)             | 226               |
| <b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>                        | <b>19.624</b>     | <b>22.206</b>     |
| <b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>     | <b>471</b>        | <b>(5.956)</b>    |
| <b>DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>                            |                   |                   |
| Aquisição de Imobilizado   | (66)              | -                 |
| Baixa Imobilizado  | -                 | 2.943             |
| Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas                         | 1.062             | 9.494             |
| <b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento</b>  | <b>996</b>        | <b>12.437</b>     |
| <b>DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>                           |                   |                   |
| Recebimento de Empréstimos e Financiamentos                      | 6.359             | 6.008             |
| Pagamento de Empréstimos e Financiamentos                        | (7.993)           | (12.321)          |
| <b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento</b> | <b>(1.634)</b>    | <b>(6.313)</b>    |
| <b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>                  | <b>(167)</b>      | <b>168</b>        |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício             | 168               | -                 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício              | 1                 | 168               |
| <b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>                 | <b>(167)</b>      | <b>168</b>        |

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE  
DEZEMBRO DE 2017

|  | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>RECEITAS</b>  |                   |                   |
| Venda dos Produtos   | 23.060            | 8.820             |
| Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos             | 692               | 798               |
| Venda de Ativo Imobilizado                                 | -                 | (1.679)           |
| Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa              | (27)              | (107)             |
| Provisão (Reversão) p/ Impairment                          | -                 | -                 |
| Perdas Não operacionais                                    | 40                | 948               |
| Perdas Não operacionais no Estoque                         | -                 | -                 |
| Incentivos Fiscais Recebidos                               | 50                | 33                |
| <b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>                     |                   |                   |
| Custos dos Produtos Vendidos                               | (12.128)          | (4.242)           |
| Materiais - energia, serv. Terceiros e outros              | (3.657)           | (2.812)           |
| <b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>                              | <b>7.907</b>      | <b>(3.934)</b>    |
| DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO                        | (2.583)           | (2.664)           |
| <b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>    | <b>5.325</b>      | <b>(6.598)</b>    |
| <b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERENCIA</b> |                   |                   |
| Receitas Financeiras                                       | (44)              | 66                |
| <b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)</b>       | <b>5.281</b>      | <b>(6.532)</b>    |
| <b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>                    | <b>5.281</b>      | <b>(6.532)</b>    |
| <i>Pessoal</i>   |                   |                   |
| Remuneração Direta   | 3.944             | 3.742             |
| Benefícios   | 881               | 672               |
| FGTS   | 618               | 325               |
| <i>Impostos, Taxas e contribuições</i>                     |                   |                   |
| Federais   | 4.315             | 1.734             |
| Estaduais  | 2.769             | 1.169             |
| <i>Remuneração de capitais de terceiros</i>                |                   |                   |
| Juros  | 14.127            | 13.997            |
| Aluguéis   | 48                | 3                 |
| <i>Remuneração de capitais Próprios</i>                    |                   |                   |
| <b>Resultado do Exercício</b>                              | <b>(21.421)</b>   | <b>(28.174)</b>   |

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberta e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2530000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

### 2 RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas são aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 3 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

**a) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

**b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- **IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros**

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

- **IFRS 15/CPC 47 – Receitas de contratos com clientes**

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substituirá o IAS 11/CPC 17 – “Contratos de construção”, IAS 18/CPC 30 – “Receitas” e correspondentes interpretações.

- **IFRS 2/CPC 10 – Pagamento baseado em ações**

Alteração esclarece a base de mensuração dos pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro e a contabilização de modificações que alteram um prêmio de liquidação em caixa para liquidação em capital.

- **IFRIC 22/ICPC 21 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento**

Provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira.

### 3.1 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

#### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens inclusos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda “R\$”, que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação da Companhia.

#### b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

### 3.2 AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

### 3.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

### 3.4 ATIVOS FINANCEIROS

#### 3.4.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Empresa decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Empresa considera essa classificação como sendo mais relevante.
- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Empresa é atingido por meio de arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos ou perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos ou as perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

### 3.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

### 3.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

### 3.4.4 Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócios da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando a taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos e perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

- Valor justo por meio do resultado – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

### 3.4.5 Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de o Grupo receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por impairment (e a reserva dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

### 3.4.6 Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do ano reconhecimento inicial dos recebíveis.

### 3.4.7 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

### 3.4.8 Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

#### 3.4.8.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

**a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

**b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

**3.4.8.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

**3.4.8.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

#### 3.4.8.4 *Impairment* de ativos financeiros

##### a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

### 3.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Inicialmente, e em os havendo, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

### 3.6 CONTAS A RECEBER

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes por locações ou prestação de serviços no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*), esta, quando necessária, é constituída na proporção considerada como perda possível, por meio de análises da Gerência Financeira através do histórico individual de inadimplência, além dos valores considerados como perda provável e passíveis de dedutibilidade para fins de cálculo do Lucro Real, já registrados como despesa e deduzidos do Contas a Receber da Empresa.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

### 3.7 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

### 3.8 IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na **nota explicativa nº 15**.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

### 3.9 ATIVO INTANGÍVEL

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de

benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

### 3.10 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### 3.11 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

### 3.12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 3.13 PARTES RELACIONADAS

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado, cujas as operações estão divulgadas na **nota explicativa nº 13**.

### 3.14 PROVISÕES

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- a) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- b) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação;
- c) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS**

**31 de Dezembro de 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

~~provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.~~

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **3.15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

### **3.16 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (Circulantes e Não Circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Empresa decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação tem probabilidade de ocorrência nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **3.17 RECONHECIMENTO DA RECEITA**

O novo CPC 47 (que revoga o CPC 30) cuja adoção deve ser observada a partir de 1º de janeiro de 2018, tem como princípio fundamental reconhecer a receita para retratar a transferência de bens ou de serviços aos clientes por um valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca dos referidos bens ou serviços.

Nesse contexto, o reconhecimento da receita deve ser feito após cumpridas as seguintes etapas:



- (i) Identificar os contratos com clientes;
- (ii) Identificar as obrigações de desempenho separadas nos contratos;
- (iii) Determinar o preço da transação;
- (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho separadas; e
- (v) Reconhecer a receita quando cada obrigação de desempenho for satisfeita.

### 3.18 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, odontológica, entre outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício.

### 3.19 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

### 3.20 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Esta norma é obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. Se aplicável, a Administração pretende adotar a abordagem de transição simplificada e não irá representar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.



- **IFRIC 23 - "Incerteza sobre o tratamento dos impostos sobre a renda":** a interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos de tributos sobre lucros diferidos e correntes, nos casos em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto (posições fiscais que ainda não foram aceitas pela autoridade tributária).

Embora não haja novos requisitos de divulgação, as entidades são lembradas do requisito geral de fornecer informações sobre julgamentos e estimativas realizados na elaboração das demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## **4 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### **4.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.153, de 23 de janeiro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, a Empresa efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A Companhia não possui derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos. A política não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

#### **a) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

#### **b) Risco de Crédito**

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de vendas a seus clientes. O risco de crédito relativo às vendas é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes às vendas.

#### **c) Risco de Mercado**

**Risco de Taxas de Juros e Inflação:** O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

**Risco de Taxas de Câmbio:** Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

**d) Operações com derivativos**

A Companhia não possui operações com derivativos.

**e) Gestão de capital**

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos sócios.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos sócios, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

## 5 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

## 6 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos e saldos com fornecedores.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2018 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 85% a 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

## 7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

|   | <u>31/12/2018</u>    | <u>31/12/2017</u>    |
|---|----------------------|----------------------|
| <b>Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado</b> |                      |                      |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                           | 1                    | 168                  |
| <b>Recebíveis</b>                                       |                      |                      |
| Contas a Receber de Clientes                            | 1.250                | 1.965                |
| Depósitos Judiciais                                     | 900                  | 874                  |
| <b>Total Ativos Financeiros</b>                         | <b><u>2.151</u></b>  | <b><u>3.007</u></b>  |
| <b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>                             |                      |                      |
| Outros Passivos Financeiros                             |                      |                      |
| Fornecedores  | 13.402               | 12.550               |
| Empréstimos e Financiamentos                            | 1.226                | 2.768                |
| <b>Total passivo Financeiro</b>                         | <b><u>14.628</u></b> | <b><u>15.318</u></b> |

## 8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| Descrição              | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Bancos Conta Movimento | 1                 | 168               |
| <b>Total</b>           | <b><u>1</u></b>   | <b><u>168</u></b> |

São constituídos pelos saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

## 9 CONTAS A RECEBER

| Descrição                                  | <u>31/12/2018</u>   | <u>31/12/2017</u>   |
|--|---------------------|---------------------|
| Contas a Receber de Clientes               | 10.671              | 11.358              |
| ( - ) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa | (9.421)             | (9.393)             |
| <b>Total</b>                               | <b><u>1.250</u></b> | <b><u>1.965</u></b> |

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo demonstramos a composição das contas a receber por idade de vencimento:

|                            |               |               |
|----------------------------|---------------|---------------|
| Vencidos                   | 10.389        | 10.168        |
| A vencer em até 3 meses    | 282           | 1.190         |
| A vencer entre 3 e 6 meses | -             | -             |
| <b>Total</b>               | <b>10.671</b> | <b>11.358</b> |

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

## 10 ESTOQUES

| Descrição                               | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Produtos acabados                       | 457        | 429        |
| Matérias primas                         | 120        | 69         |
| Materiais Secundarios                   | 21         | 56         |
| Outros materiais                        | 57         | 69         |
| Operações com Terceiros                 | (336)      | (327)      |
| Material recebido para industrialização | 633        | 377        |
| <b>Total</b>                            | <b>952</b> | <b>673</b> |

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

## 11 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

| Descrição                                    | 31/12/2018   | 31/12/2017   |
|--|--------------|--------------|
| Kelton da Silva Pontes                       | 87           | 76           |
| JCK Transporte e Logística Ltda.             | 36           | 13           |
| Nutriza Indústria e Comércio Ltda.           | 11           | 12           |
| Transeg Transporte e Logística Ltda.         | 10           | 7            |
| Brementur Agência de Turismo Ltda.           | 10           | 18           |
| Phenix Indústria e Comércio de Filtros Ltda. | 4            | -            |
| Outros Fornecedores                          | 881          | 996          |
| <b>Total</b>                                 | <b>1.039</b> | <b>1.122</b> |

## 12 IMPOSTOS A RECUPERAR

| Descrição                              | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| IRPJ/CSLL Estimativa                   |            | 88         |
| Saldo Negativo IRPJ/CSLL               | 29         | 114        |
| ICMS a Recuperar                       | 334        | 23         |
| ICMS sobre ativo imobilizado           | 9          | 17         |
| Pagtos. Indevidos a Compensar          | 70         | 70         |
| Adiantamento para Parcelamento (REFIS) | 291        | 291        |
| <b>Total Circulante</b>                | <b>733</b> | <b>603</b> |
|  |            |            |
| Icms sobre ativo imobilizado           | 2          | 3          |
| <b>Total Não Circulante</b>            | <b>2</b>   | <b>3</b>   |

## 13 PARTES RELACIONADAS

| Ativo                             | 31/12/2018    | 31/12/2017    |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| <b>Mútuo</b>                      |               |               |
| EKN Administração e Participações | 903           | 903           |
| <b>Total</b>                      | <b>903</b>    | <b>903</b>    |
|                                   |               |               |
| <b>Passivo</b>                    |               |               |
| <b>Mútuo</b>                      |               |               |
| Cocelpa Cia de Celulose e Papel   | 1.223         | 414           |
| Compet Agro Florestal             | 2.598         | 2.598         |
| Arpeco Artefatos de Papel S.A.    | 1.066         | 813           |
| Antonio de Pauli                  | 8.334         | 8.334         |
| <b>Total</b>                      | <b>13.221</b> | <b>12.159</b> |

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

## 14 OUTROS CRÉDITOS

| Descrição                          | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------------------------------------|------------|------------|
| Depósitos Judiciais - Trabalhistas | 900        | 874        |
| <b>Total</b>                       | <b>900</b> | <b>874</b> |

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 15 IMOBILIZADO

|                                    | Edificações e Máquinas e Equipamentos |              |               |             |                     |          | Outros     | Imobilizado em andamento | Total         |
|------------------------------------|---------------------------------------|--------------|---------------|-------------|---------------------|----------|------------|--------------------------|---------------|
|                                    | Terrenos                              | Benfeitorias | Equipamentos  | Instalações | Móveis e Utensílios | Veículos |            |                          |               |
| <b>Taxas médias de depreciação</b> | -                                     | 4,00%        | 5,22%         | 8,97%       | 6,89%               | -        | 9,54%      | -                        |               |
| Saldo Inicial                      | 6.532                                 | 8.363        | 39.773        | 88          | 252                 | -        | 94         | 1.261                    | 56.364        |
| Adições                            | -                                     | -            | -             | -           | -                   | -        | -          | -                        | -             |
| Depreciação                        | -                                     | (199)        | (426)         | (11)        | (10)                | -        | (6)        | -                        | (652)         |
| Baixa Depreciação                  | -                                     | -            | -             | -           | -                   | -        | -          | -                        | -             |
| <b>Saldo final</b>                 |                                       |              |               |             |                     |          |            |                          |               |
| Custo                              | 7.002                                 | 19.911       | 73.366        | 4.386       | 723                 | 31       | 489        | 1.352                    | 107.260       |
| Depreciação acumulada              | -                                     | (10.994)     | (30.584)      | (4.275)     | (455)               | (31)     | (392)      | -                        | (46.733)      |
| Impairment                         | (470)                                 | (753)        | (3.435)       | (34)        | (26)                | -        | (9)        | (91)                     | (4.817)       |
| <b>Em 31 Dezembro de 2017</b>      | <b>6.532</b>                          | <b>8.164</b> | <b>39.347</b> | <b>77</b>   | <b>242</b>          | <b>-</b> | <b>88</b>  | <b>1.261</b>             | <b>55.710</b> |
| Adições                            | -                                     | -            | -             | -           | -                   | -        | 66         | -                        | 66            |
| Depreciação                        | -                                     | (199)        | (425)         | (9)         | (10)                | -        | (6)        | -                        | (649)         |
| Baixa Depreciação                  | -                                     | -            | -             | -           | -                   | -        | -          | -                        | -             |
| <b>Saldo final</b>                 |                                       |              |               |             |                     |          |            |                          |               |
| Custo                              | 7.002                                 | 19.912       | 73.367        | 4.386       | 727                 | 31       | 570        | -                        | 105.995       |
| Depreciação acumulada              | -                                     | (11.791)     | (32.275)      | (4.304)     | (495)               | (31)     | (420)      | -                        | (49.316)      |
| Impairment                         | (470)                                 | (753)        | (3.435)       | (34)        | (26)                | -        | (9)        | 1.261                    | (3.466)       |
| <b>Em 31 Dezembro de 2018</b>      | <b>6.532</b>                          | <b>7.368</b> | <b>37.657</b> | <b>48</b>   | <b>206</b>          | <b>-</b> | <b>141</b> | <b>1.261</b>             | <b>53.214</b> |

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

## 16 RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como *impairment*, a Companhia procedeu os testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e para o quarto trimestre de 2016 a Companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... *valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso*” atestado pelo Laudo nº 01/2017, feito pelo Eng. Aurílio Lopes Neto com registro no CREA-SP nº 5060202474-D no qual o mesmo atesta que não houve variação relevante durante o exercício de 2016 em relação ao Laudo nº 051/2016, elaborado pela empresa Ferrari Organizações e Avaliações Patrimoniais Ltda., inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, Mantendo a mesma provisão de perdas (*Impairment*) de R\$ 4.817 mil.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 17 FORNECEDORES

| Descrição                     | 31/12/2018    | 31/12/2017    |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Contas a Pagar a Fornecedores | 13.402        | 12.550        |
| <b>Total</b>                  | <b>13.402</b> | <b>12.550</b> |

O impacto da crise nas atividades da empresa, reflete em um aumento nos no saldo do Contas a Pagar.

A seguir demonstramos as contas a pagar por idade de vencimento:

|                             | 31/12/2018    | 31/12/2017    |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Vencidos                    | 13.384        | 11.871        |
| A vencer em até 3 meses     | 18            | 425           |
| A vencer entre 3 e 6 meses  | -             | 52            |
| A Vencer de 6 meses a 1 ano | -             | 202           |
| <b>Total</b>                | <b>13.402</b> | <b>12.550</b> |

## 18 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A natureza das obrigações está descrita a seguir:

|                        | 31/12/2018   | 31/12/2017   |
|------------------------|--------------|--------------|
| <b>Circulante</b>      |              |              |
| Financiamentos         | 405          | 405          |
| Duplicatas Descontadas | 821          | 2.363        |
| <b>Total</b>           | <b>1.226</b> | <b>2.768</b> |
| <b>Vencimentos</b>     |              |              |
| Em até 6 meses         | 1.226        | 2.768        |
|                        | <b>1.226</b> | <b>2.768</b> |

Indexadores:

| Por Indexação                              |       |       |
|--|-------|-------|
| Taxas Pré-Fixadas - Capital de Giro        | 0,55% | 0,55% |
| Taxas Pré-Fixadas - Conta Garantida        | 3,50% | 3,50% |
| Taxas Pré-Fixadas - Financiamento (CDC)    | 1,61% | 1,61% |
| Taxas Pré-Fixadas - Mutuo (CDI)            | 0,90% | 0,90% |
| Taxas Pré-Fixadas - Duplicatas Descontadas | 1,60% | 1,60% |

Devido à dificuldade que capital de giro que ainda persiste, e uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 19 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

| Descrição                     | 31/12/2018    | 31/12/2017    |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Salários a Pagar              | 3.163         | 1.248         |
| INSS                          | 16.880        | 17.333        |
| FGTS                          | 2.262         | 3.723         |
| IRRF Funcionários             | 2.753         | 1.673         |
| Provisões e Encargos          | 851           | 2.424         |
| Provisão Indenizações         | 6.448         | 6.327         |
| Parcelamentos Previdenciários | 790           | 790           |
| Contribuição Sindical         | 201           | 203           |
| <b>Total</b>                  | <b>33.348</b> | <b>33.721</b> |

## 20 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

| Descrição                    | 31/12/2018     | 31/12/2017     |
|------------------------------|----------------|----------------|
| ICMS                         | 31             | 13             |
| PIS                          | 6.113          | 5.669          |
| COFINS                       | 29.489         | 27.103         |
| IPI                          | 105.208        | 100.147        |
| INSS S/ FATURAMENTO          | 4.936          | 3.987          |
| IRRF                         | 34             | 44             |
| IRPJ                         | 945            | 1.910          |
| CSLL                         | 556            | 536            |
| Multas Infrações CLT         | 453            | 357            |
| ISS                          | 34             | 39             |
| INSS Retido Fonte            | 39             | 38             |
| PIS/COFINS/CSLL              | 291            | 253            |
| ICMS Diferencial de Alíquota | 45             | 23             |
| ICMS Dívida Ativa            | 22.246         | 11.761         |
| <b>Total</b>                 | <b>170.420</b> | <b>151.880</b> |

Os tributos diretos e indiretos demais tributos apurados que permanecem pendentes de pagamentos estão sendo tempestivamente atualizados de acordo com o índice de multa e juros determinado pelos órgãos competentes (RFB/PGFN) e reconhecidos na contabilidade com exigibilidade imediata.

## 21 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

| Descrição                                   | 31/12/2018   | 31/12/2017 |
|---|--------------|------------|
| Vaspel Indústria e Comércio de Papeis Ltda. | 170          | -          |
| Indústria de Embalagens MB Ltda.            | 151          | 49         |
| Janaina Aparecida Aarques Diniz             | 120          | 27         |
| Samuel Junior de Souza                      | 110          | 74         |
| Ivone da Silva Gomes                        | 59           | 48         |
| Pescados Fish Ltda.                         | 28           | 21         |
| Outros                                      | 749          | 407        |
| <b>Total</b>                                | <b>1.387</b> | <b>626</b> |



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 22 IMPOSTOS DIFERIDOS

| Descrição           | 31/12/2018    | 31/12/2017    |
|---------------------|---------------|---------------|
| Custo Atribuído     | 49.662        | 51.319        |
| Vida Útil           | 6.529         | 6.908         |
| IRPJ Diferido (25%) | 14.048        | 14.557        |
| CSLL Diferida (9%)  | 5.057         | 5.240         |
| <b>Total</b>        | <b>19.105</b> | <b>19.797</b> |

## 23 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

| Descrição                | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------|------------|------------|
| Remuneração de Diretores | 33         | 34         |
| <b>Total</b>             | <b>33</b>  | <b>34</b>  |

## 24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| Descrição                    | 31/12/2018       | 31/12/2017       |
|------------------------------|------------------|------------------|
| Capital Social               | 22.338           | 22.338           |
| Ajuste Avaliação Patrimonial | 32.777           | 33.871           |
| Prejuízos Acumulados         | (227.157)        | (199.949)        |
| Prejuízo do Período          | (21.421)         | (28.174)         |
| <b>Total</b>                 | <b>(193.463)</b> | <b>(171.914)</b> |

### a) Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122.099 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

|               | Capital Social    |            |                   |            |                  |            |
|---------------|-------------------|------------|-------------------|------------|------------------|------------|
|               | Autorizado        |            | Realizado         |            | a Subscrever     |            |
| Ações         | Quantidade        | %          | Quantidade        | %          | Quantidade       | %          |
| Ordinárias    | 16.600.183        | 78         | 14.048.567        | 78         | 2.551.616        | 78         |
| Preferenciais | 4.813.384         | 22         | 4.073.532         | 22         | 739.852          | 22         |
| <b>Total</b>  | <b>21.413.567</b> | <b>100</b> | <b>18.122.099</b> | <b>100</b> | <b>3.291.468</b> | <b>100</b> |

| Acionista                       | Quantidade        | Em R\$            | %          |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|------------|
| EKN – Embalag. Kraft do NE Ltda | 13.712.687        | 13.712.687        | 98         |
| Diversos Terceiros Minoritários | 335.880           | 335.880           | 2          |
| <b>Total</b>                    | <b>14.048.567</b> | <b>14.048.567</b> | <b>100</b> |

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS  
31 de Dezembro de 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 25 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

|                                    | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Receita Operacional Bruta</b>   |                   |                   |
| Papel Kraft                        | 11.978            | 3.968             |
| Chapa de papelão                   | 6.394             | 1.782             |
| Caixas                             | 5.273             | 2.984             |
| Sacos                              | 658               | 331               |
| Outras Receitas                    | 21                | 5                 |
|                                    | <b>24.324</b>     | <b>9.070</b>      |
| <b>Deduções da receita bruta</b>   |                   |                   |
| (-) Impostos sobre Vendas          | (6.360)           | (2.506)           |
| (-) Devoluções e Abatimentos       | (1.264)           | (248)             |
|                                    | <b>(7.624)</b>    | <b>(2.754)</b>    |
| <b>Receita Operacional Líquida</b> | <b>16.700</b>     | <b>6.316</b>      |

## 26 DESPESAS COM VENDAS

| Descrição    | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--------------|-------------------|-------------------|
| Fretes       | (255)             | (214)             |
| Comissões    | (20)              | (11)              |
| <b>Total</b> | <b>(275)</b>      | <b>(225)</b>      |

## 27 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| Descrição                                   | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Honorários, salários, encargos e benefícios | (2.247)           | (3.844)           |
| Serviços, Aluguéis                          | (157)             | (352)             |
| Energia, Água e Comunicações                | (408)             | (294)             |
| Materiais de Consumo                        | (119)             | (142)             |
| Impostos Taxas e Contribuições              | (3)               | (34)              |
| Gastos Gerais                               | (165)             | (183)             |
| <b>Total</b>                                | <b>(3.099)</b>    | <b>(4.849)</b>    |

## 28 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

|                                     | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>(+) Outras Receitas</b>          |                   |                   |
| Incentivo FAIN                      | 50                | 33                |
| Recuperação de Despesas             | -                 | 945               |
| Outras Receitas                     | 40                | (1.677)           |
| <b>Total Outras Receitas</b>        | <b>90</b>         | <b>(699)</b>      |
| <b>(-) Outras Despesas</b>          |                   |                   |
| Prov. Perdas Recebimento de Credito | (27)              | (107)             |
| Prov. Contingencia                  | (122)             | (5.693)           |
| Outras Despesas                     | (2)               | (16)              |
| <b>Total Outras Despesas</b>        | <b>(151)</b>      | <b>(5.816)</b>    |
| <b>Total</b>                        | <b>(61)</b>       | <b>(6.515)</b>    |

## 29 RESULTADO FINANCEIRO

|                                     | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>(+) Receitas Financeiras</b>     |                   |                   |
| Juros Mora Ativos                   | 2                 | 6                 |
| Descontos Obtidos                   | -                 | 48                |
| Outros Juros Ativos                 | (46)              | 12                |
| <b>Total Receitas Financeiras</b>   | <b>(44)</b>       | <b>66</b>         |
| <b>(-) Despesas Financeiras</b>     |                   |                   |
| Juros s/ Duplicatas Descontadas     | (340)             | (2.573)           |
| Juros Mora Passivos                 | 3                 | (733)             |
| Juros s/ de Tributo                 | (24.070)          | (10.097)          |
| Multas s/ de Tributo                | (185)             | (353)             |
| Juros Tributos Parcelados           | 10.533            | -                 |
| Descontos Concedidos                | 7                 | (52)              |
| Despesas Bancárias                  | (75)              | (96)              |
| Outras Despesas Financeiras         | -                 | (93)              |
| <b>Total Despesas Financeiras</b>   | <b>(14.127)</b>   | <b>(13.997)</b>   |
| <b>Resultado financeiro líquido</b> | <b>(14.171)</b>   | <b>(13.931)</b>   |

## 30 DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

|  | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Natureza</b>                              |                   |                   |
| Depreciação e Amortização                    | (2.583)           | (2.011)           |
| Despesas com Pessoal                         | (5.444)           | (3.597)           |
| Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo | (12.128)          | (2.253)           |
| Serviços de Terceiros                        | (4.425)           | (1.599)           |
| Outras Despesas Operacionais                 | (61)              | (5.909)           |
| <b>Total</b>                                 | <b>(24.641)</b>   | <b>(15.369)</b>   |
| <b>Função</b>                                |                   |                   |
| Custo dos Produtos e Serviços Vendidos       | (21.207)          | (5.972)           |
| Despesas com Vendas                          | (275)             | (71)              |
| Despesas Gerais e Administrativas            | (3.098)           | (3.706)           |
| Outras Despesas Operacionais                 | (61)              | (5.620)           |
| <b>Total</b>                                 | <b>(24.641)</b>   | <b>(15.369)</b>   |

## 31 LAJIDA (EBTIDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

| <b>EBITDA (LAJIDA)</b>                       | <b>31/12/2018</b> | <b>31/12/2017</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receita Operacional Líquida                  | 16.700            | 6.316             |
| Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos         | (21.207)          | (9.768)           |
| <b>Resultado Operacional Bruto</b>           | <b>(4.507)</b>    | <b>(3.452)</b>    |
| (-) Despesas com Vendas                      | (275)             | (225)             |
| (-) Despesas Gerais e Administrativas        | (3.098)           | (4.849)           |
| (+) Depreciação/Amortização                  | 2.583             | 2.664             |
| (+) Outras Receitas e Despesas               | (61)              | (6.515)           |
| <b>EBITDA</b>                                | <b>(5.358)</b>    | <b>(12.377)</b>   |
| <b>% sobre a Receita Operacional Líquida</b> | <b>-32,09%</b>    | <b>-196,00%</b>   |

Conde (PB), 31 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_  
Cristiano Ciriaco Delgado  
Diretor Presidente

\_\_\_\_\_  
Aécio Rodrigo Antunes  
Contador  
CRC PR 0557341/O-3

\_\_\_\_\_  
Jackson Eduardo Lopes Dias  
Diretor Administrativo/Financeiro/RI

\* \* \* \*